

A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381) Teoria e metodologia

João Paulo Martins Ferreira
Universidade do Porto, CEPESE e IEGPS

Resumo

Na antiga diocese de Tui, que ocupou até 1381 uma faixa territorial entre o Lima português e a ria de Vigo, germinou um modelo de sociabilidade aristocrática transfronteiriço alheio aos limites administrativos e políticos impostos pelo processo de nascimento de Portugal. Devido a estas circunstâncias, o estudo desta nobreza e da forma como se relacionava livremente com os poderes dos dois lados da raia poderá ajudar-nos a perceber o que sobreviveu da identidade do *Portucale* galaico-leonês no Portugal independente dos inícios da nacionalidade e a reconstituir a sua matriz social primitiva. Estes são os propósitos gerais do nosso projecto de doutoramento, intitulado *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*, que se encontra apresentado neste artigo através de uma exposição de todos os seus aspectos teóricos e metodológicos, propósitos e objectivos.

Abstract

In the old diocese of Tui, that occupied till 1381 a strip of territory between the portuguese Lima and the *ria* of Vigo, has germinated a model of aristocratic sociability that was not in tune with the administrative and political borders imposed by the birth of Portugal. Due to these circumstances, the study of this nobility and manner in which they related themselves freely with the powers from both sides of the border will be able to help us understand what has survived from the identity of the galician-leonese *Portucale* in the independent Portugal from the beginnings of the nationality and to reconstruct his primitive social matrix. These are the general goals of our doctoral project, entitled *The Galician-Portuguese Nobility of the Diocese of Tui (915-1381)*, that is presented in this article through an exposition of all of its theoretical and methodological aspects, purposes and objectives.

Nos finais do século III, o Imperador Diocleciano levou a cabo uma reorganização do traçado administrativo peninsular que deu origem à província da Galécia. Com efeito, a existência de um tecido sócio-cultural próprio ditou esta desagregação da *Tarraconensis* e a sua afirmação como espaço autónomo. A sua capital, *Bracara Augusta*, encabeçava agora uma região composta pelos *conventus* de *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e parte do *Cluniensis*. O Douro seria convertido na sua fronteira sul, afastando-a assim da esfera de influência da Lusitânia.

Apesar da atomização da autoridade imperial, estes dois pólos identitários – Galécia e Lusitânia – sobreviveriam, conservando a sua homogeneidade e consolidando as suas solidariedades internas através de várias “reencarnações”. Para a Galécia, a primeira delas foi o reino suevo, que procurou adaptar as suas estruturas ao seu substrato civilizacional. Por sua vez, a soberania visigótica sobre toda a Hispânia gerou um processo de aproximação entre estes povos, que foi violentamente interrompido pelas invasões muçulmanas.

Nesta nova vida, a velha Lusitânia apresentava um povoamento concentrado e urbano, alimentado por uma sociedade enriquecida por novas tecnologias agrícolas e por um trato mercantil perfeitamente integrado em rotas comerciais de médio e longo

curso. Este universo, detentor de uma fervilhante vida cultural, permaneceu dividido entre as práticas de tolerância religiosa – típicas dos campos cristãos e muçulmanos peninsulares – e a ortodoxia dos cíclicos movimentos integristas islâmicos. A manutenção de significativas comunidades moçárabes, bem integradas no seu contexto islâmico, mas abertas a contactos com os seus vizinhos cristãos e judeus, permitiu a cristalização de algumas práticas litúrgicas características do cristianismo hispânico do período visigótico.

Ao mesmo tempo, a Galécia transformava-se num espaço de fronteira, no limite ocidental de um incipiente e aguerrido reino asturiano-leonês, cuja colonização e reconquista dependia tanto da autoridade régia (fosse ela delegada ou directa) como das sucessivas presúrias dos poderes eclesiásticos e nobiliárquicos. Esta nova Galiza, que, apesar dos breves períodos de independência, nunca se conseguiu emancipar plenamente da coroa leonesa, albergava um denso povoamento disperso e rural, alicerçado numa economia agrícola – de cariz familiar, no litoral, e mista ou comunitária, no interior –, ainda articulado pela velha rede viária romana e, na sua orla, pela transumância típica dos pluriseculares circuitos agro-pastoris. Aqui surgiu um senhorialismo/feudalismo dependente da iniciativa das elites locais que, em vários períodos e em prol dos seus interesses colectivos ou familiares, se opuseram às velhas estirpes condais galegas e portugalenses, representantes do mando régio.

A expansão para sul e o esforço de manutenção desta orgânica bipolar levou à criação de dois centros de autoridade condal: *Portucale*, a vertente sul da Galécia, e Coimbra, a zona mais ocidental da velha Lusitânia. As relações entre as linhagens condais e a posterior integração administrativa dos dois espaços originaram novas solidariedades económicas e sociais entre o Entre Douro e Minho senhorial e o dinâmico e instável espaço coimbrão. Contudo, estas nunca serviram de travão aos factores de osmose sócio-familiar latentes na região galaico-minhota.

O reinado de Garcia II constituiu o pico deste processo. A afirmação de uma soberania autónoma sobre toda a Galiza implicou uma adesão da aristocracia infancional portuguesa – enriquecida em património (pelas contínuas apropriações territoriais) e em prestígio (pelos seus feitos militares fronteiriços e ligações familiares a importantes linhagens galegas) – ao seu projecto de domesticação da velha nobreza condal portugalense, plasmado na vitória final de Pedroso. Deste período sobrou apenas a solidificação dos laços entre as linhagens de aquém e além Minho, alguns hábitos de autogestão, uma nova configuração do tecido diocesano, geradora de crescentes antagonismos nacionais, e o sonho de um reino galego-português soberano, onde poderiam exercer uma privatização plena dos poderes públicos.

Todavia, D. Raimundo recebeu uma jurisdição alargada sobre todo o território do reino da Galiza e sobre uma aristocracia galego-portuguesa com uma forte identidade comum; o fracasso da sua política militar e a constante intervenção no cenário político leonês ditaria a entrega de *Portucale* a D. Henrique e a sua emancipação política. No entanto, se atentarmos somente à composição das cortes do Conde D. Henrique, D.^a Teresa e de D. Afonso Henriques, verificamos que estas albergavam linhagens portugalenses, galaico-leonesas (como os Trava/Trastâmara ou Celanova/Pombeiro) e os seus ramos portugueses (como os Barbosa ou Soverosa, por exemplo). Para além disso, a ausência de fronteiras políticas e administrativas sólidas nas primeiras centúrias do reino português favoreceu a manutenção dos laços familiares, feudo-vassálicos e patrimoniais transfronteiriços construídos nas fases de unidade política e administrativa que anteriormente descrevemos.

Por outro lado, as iniciativas expansionistas no sul da Galiza de D.^a Teresa e de D. Afonso Henriques parecem corresponder a uma vontade de reconstrução da velha unidade política galega, alicerçada na legitimidade que lhes era conferida pela sua ascendência em Afonso VI e na instrumentalização das mais-valias sociais, políticas e patrimoniais transfronteiriças de seus apoiantes. Hoje, acreditamos que o conflito entre D.^a Teresa e D. Afonso Henriques nascera de uma visão díspar da metodologia de prossecução desta agenda política, ou seja, o primeiro monarca português almejava a criação de uma espécie de nova Galécia portugalense, liderada pela sua nobreza – profun-

damente galego-portuguesa –, e sua mãe a um reino galego regido pelas poderosas linhagens deste território, encabeçadas pelos Trava.

Considerando tudo o que até agora dissemos, devemos perguntar-nos: afinal, o que sobreviveu do velho *Portucale* galaico-leonês no Portugal independente dos séculos XII, XIII e XIV?

Os séculos de união política e social do espaço galaico-português legaram ao Portugal independente mais factores de bloqueio do que de coesão: a matriz identitária galego-portuguesa e hispânica da nobreza portuguesa, a existência de uma rede patrimonial e sócio-familiar transfronteiriça, as similitudes do regime senhorial e feudo-vassálico, a existência de unidades administrativas, eclesiásticas e senhoriais transfronteiriças, a instabilidade das fronteiras e os hábitos de convivência e de recepção nos espaços vizinhos dificultaram seriamente a afirmação plena do centralismo régio e de uma identidade estritamente portuguesa.

Neste contexto, o caso da diocese de Tui é bastante paradigmático. Tal como a diocese do Porto, esta igreja terá nascido de uma divisão dos territórios nortenhos da antiga diocese de Braga, ocorrida entre o I e o II Concílio de Braga. Ela ocupou, desde as suas origens até 1381, uma faixa atlântica transfronteiriça delimitada a norte pela ria de Vigo e a sul pelo Lima. Este perfil geográfico colocou-a no coração de uma Galécia/reino da Galiza, onde *Portucale* correspondia apenas ao seu extremo sul. As invasões muçulmanas destruíram completamente as estruturas da diocese; até 915, início do episcopado de D. Hermígio, os bispos de Tui foram abrigados na diocese de Iria. A destruição causada pelas invasões normandas afastaria de novo os prelados tudenses da sua cidade e levaria à sua incorporação, pelo ano de 1024, na Igreja Compostelana. Tal como Braga, a sua restauração no reinado de Garcia II, pela mão do Bispo D. Jorge (1069-1072), resultou de um esforço de recuperação das estruturas administrativas e eclesiásticas da velha Galécia e, ao mesmo tempo, da vontade de cercear a crescente hegemonia de Santiago. A relação umbilical entre Tui e Braga, reforçada através de múltiplos juramentos de fidelidade dos bispos tudenses aos arcebispos metropolitanos portugueses, poderá ter funcionado como uma das justificações para os esforços de aglutinação das terras de Toronho e Limia, encetados por D.^a Teresa e D. Afonso Henriques. De facto, D.^a Teresa, ao invocar numa doação à sé de Tui, datada de 1125, o legado do rei suevo Teodomiro, apresentava-se – de uma forma sub-reptícia – como herdeira de um património político galécio e não estritamente português. A autointitulada rainha de *Portucale* aspirava a uma soberania sobre toda a Galiza ou, pelo menos, aos territórios que estiveram sujeitos, num passado longínquo, à autoridade directa, política e eclesiástica, de Braga.

A antiguidade e natureza simbólica do seu domínio transfronteiriço, bem como a sua importância estratégica nos planos de anexação do sul da Galiza, foram fundamentais para a manutenção da integridade territorial da diocese de Tui até 1381. Não fosse o Grande Cisma do Ocidente e os crescentes atritos entre Portugal e Castela, resultantes das guerras fernandinas e da crise sucessória de 1383-1385, certamente que a igreja de Tui manteria o seu mando sobre as paróquias do Entre Lima e Minho.

A situação *sui generis* deste território e das suas elites – profundamente discordante e anacrónica em relação às novas fronteiras políticas geradas no século XII – permitiu a consolidação das alianças familiares, construção patrimonial, relações feudo-vassálicas (militares ou políticas) e cultura da nobreza galego-portuguesa. O estudo desta fronteira aberta permitirá avaliar a natureza comum das práticas senhoriais e feudo-vassálicas nascidas no seio destas linhagens irmãs, de forma a deciframos a sua identidade comum e principais diferenças.

A nossa dissertação de doutoramento, intitulada “A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)”, procurará, em termos gerais, analisar a nobreza, o senhorialismo e feudalismo laico¹ desta diocese desde os primórdios da reorganização das

¹ Desde já aproveitamos para esclarecer os critérios que utilizámos para seleccionar o conjunto de linhagens aristocráticas a incluir no nosso estudo. Desde o início decidimos integrar na nossa investigação:

suas estruturas eclesiásticas – sendo 915 a data de regresso do primeiro bispo à cidade de Tui, após a sua reconquista e presúria – até à sua restauração definitiva, em 1071, e daqui até à perda de jurisdição eclesiástica sobre as freguesias a sul do Minho, em 1381, graças à emancipação de um conjunto de cônegos de origem portuguesa do capítulo e bispado tudense e subsequente declaração de independência eclesiástica destas paróquias. Ao abstrair-se do postulado nacional, ela visa restituir esta sociedade à sua matriz original, avaliando o peso dos seus factores identitários na longa duração, mesmo após a sua fractura em dois espaços políticos distintos.

Tal como afirmámos anteriormente, a sua aristocracia manteve uma rede familiar e um senhorialismo transfronteiriço. Este fenómeno condicionaria decisivamente as suas estratégias de parentesco, patrimoniais e políticas até aos finais do século XIV, altura em que, devido a antagonismos criados pela crise de 1383-1385, se geraria um clima de afastamento entre as duas nobrezas que, apesar de tudo, nunca foi definitivo. Assim sendo, pensamos que, ao analisarmos a nobreza e o senhorialismo da unidade eclesiástica e territorial que durante mais tempo permaneceu fiel à sua essência transnacional galego-portuguesa, poderemos aferir a continuidade (ou descontinuidade) destes processos.

Durante o desenvolvimento do nosso labor reparámos que estas problemáticas desembocam, necessariamente, num conjunto de “temas paralelos”, ou seja, num grupo de vertentes de análise que gravitavam em torno do nosso objecto de estudo. No fundo, rapidamente percebemos que a análise dos diferentes modelos de transmissão de uma identidade galego-portuguesa no cerne da nobreza pode gerar novas leituras sobre as estratégias de legitimação da soberania portugalense, que sempre foi herdeira do reino da Galiza.

Na verdade, a construção da matriz nacional de Portugal partiu da conciliação dos dois pólos antagónicos anteriormente descritos, do esforço de “composição” de múltiplas solidariedades entre o Norte atlântico e o Sul mediterrânico, encarnados na Galécia e Lusitânia (romanas e suevo-visigóticas) e, mais tarde, nos condados de *Portucale* e Coimbra. O Douro e Mondego foram, em diferentes fases, as fronteiras destes substratos étnicos e sociais distintos. As forças de atracção e aglutinação presentes na região galego-portuguesa, dos séculos X a XIV, são por isso reflexos tardios destas entidades primordiais. D. Raimundo e D. Henrique terão sido afectados profundamente por este ideário, não só pela forma como conceberam a sua autoridade, como também pela nobreza híbrida que lhes foi legada.

Destas questões orientadoras partimos para a enumeração dos objectivos específicos que procuraremos atingir e para uma breve apresentação do esquema geral de trabalhos que temos vindo a seguir.

Esta dissertação pretende: caracterizar e analisar a evolução, organização administrativa e territorial da diocese de Tui, bem como as suas relações institucionais com as dioceses vizinhas, com as duas coroas e, principalmente, com os seus poderes nobiliárquicos; aferir o papel da sociabilidade transfronteiriça na evolução política portuguesa e castelhana-leonesa; actualizar os dados relativos à alta aristocracia de origem

todas as linhagens naturais deste espaço geográfico; todas aquelas que possuem nele património (a título individual ou colectivo), direitos de carácter senhorial, jurisdicional (caso de tenências territoriais) e patronal; que mantenham relações privilegiadas com as suas instituições eclesiásticas; e todos os indivíduos que, apesar de não respeitarem qualquer um dos critérios anteriores, marquem presença, documentalmente comprovada, na região (caso de exilados ou nobres que estiveram de passagem na parcela diocesana do reino vizinho). Estes critérios permitem reunir um lote de indivíduos que cobrem praticamente todo o espectro nobiliárquico, desde linhagens de humildes escudeiros e cavaleiros (como os Calheiros, por exemplo), passando por famílias condais ou com um maior peso social (como os Trava-Trastâmara, Celanova-Pombeiro, Lima, Nóvoa, Silva, Velho, Cerveira, Valadares, Soutomaior, Toronho-Montor, entre outras), até membros da própria família real (como o bastardo régio D. Martim Sanches).

Quanto às práticas senhoriais e feudo-vassálicas, podemos afirmar que, apesar do seu caminho de divergência – mais acentuado nos finais do século XIII e em todo o século XIV –, existe uma relativa sintonia entre as duas metades do território. Prova disso é a presença do amádigo, como uma das principais estratégias de senhorialização no sul da Galiza e Alto Minho português.

galego-portuguesa estabelecida na corte e aos seus laços com a nobreza de fronteira; analisar a rede sócio-familiar transfronteiriça das linhagens estabelecidas neste território, sua estrutura, estratégias matrimoniais e patrimoniais; dissecar a rede patrimonial desta nobreza, assim aferindo as origens, situação geográfica e legal dos principais núcleos senhoriais transfronteiriços; identificar as suas relações com as casas monásticas da diocese; discernir a evolução das suas fidelidades feudo-vassálicas, posicionamento social, político e militar; coligir os elementos do seu património simbólico e cultural; traçar o *cursus honorum* dos principais senhores da região; analisar as causas e consequências da implantação transfronteiriça das linhagens; esclarecer as semelhanças e diferenças entre o senhorialismo minhoto e galego; indicar as causas e consequências dos fluxos migratórios e a sua importância na fusão sócio-familiar desta nobreza; relacionar as vicissitudes políticas com as permutas de fidelidade de algumas linhagens; identificar os principais factores de proximidade e de afastamento entre as duas comunidades; justapor o falhanço dos projectos de anexação do sul da Galiza ao sucesso da osmose sócio-familiar, feudo-vassálica, económica, cultural e linguística; e chegar à essência da matriz identitária galaico-minhota, por oposição ao desenvolvimento do sentimento de nacionalidade.

Todos estes objectivos correspondem a aspirações inerentes às diferentes parcelas do nosso plano de trabalhos, que se divide em quatro partes: a primeira corresponderá a um enquadramento institucional e territorial da diocese e da sua aristocracia; a segunda debruçar-se-á intensivamente sobre as linhagens e senhorialismo a sul do Minho; a terceira analisará, utilizando a mesma metodologia, as suas congéneres galegas; e a quarta dedicar-se-á à difícil tarefa de discernir os principais pontos de contacto e elementos comuns às duas parcelas da diocese.

Como fontes utilizamos: os *Livros de Linhagens*, as *Inquirições Gerais*, toda a documentação régia portuguesa e castelhana-leonesa da cronologia por nós analisada, todos os fundos monásticos e diocesanos galegos e minhotos,² crónicas e anais, a heráldica das famílias da região, dados arqueológicos de cariz militar (torres, castelos e todo o tipo de fortificações) e civil (paços familiares, por exemplo), tumular e epigráfico, a poesia trovadoresca e, caso seja necessário, elementos geográficos e etnográficos.

Os *Livros de Linhagens* têm vindo a funcionar como um roteiro para a reconstituição dos diferentes grupos familiares. A documentação régia, para além de também contribuir para este tipo de reconstituição, permite avaliar o posicionamento social e político de algumas das suas principais figuras, bem como uma análise precisa das suas carreiras. As *Inquirições Régias* e os fundos monásticos e diocesanos permitem um estudo profundo do tecido sócio-familiar da nobreza, das suas estratégias familiares e patrimoniais, da sua evolução, das suas devoções e relações com estas instituições monásticas, a identificação do património pessoal e colectivo dos membros desta nobreza regional e do seu posicionamento geográfico, e discernir as suas relações sociais interlinhagísticas. As crónicas propiciam leituras sobre a acção da aristocracia como agentes, individuais e colectivos, dos principais momentos de transformação política e social.³ Através da heráldica estudaremos, na medida do possível, elementos intrínsecos à identidade colectiva e pessoal desta nobreza, que muitas vezes coadjuvavam as informa-

² Com especial atenção para o espólio documental do Arquivo Capitular e Histórico Diocesano de Tui, da Catedral de Ourense – recentemente editado por María Beatriz Vaquero Díaz e Francisco J. Pérez Rodríguez, ed., *Colección Documental del Archivo de la Catedral de Ourense: I (888-1230) e II (1231-1300)* (León: Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, 2010) –, do Arquivo Distrital de Braga, dos fundos monásticos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Nacional de Espanha (especificamente Santa María de Oia, Santa María de Melón e S. Domingo de Tuy). A este conjunto podemos acrescentar cartulários já editados (como o Tombo do Mosteiro de Fiães, por exemplo) ou documentação dispersa de antigos cenóbios fronteiriços, como Santa María de Tomiño.

³ Basta recordar a importância da *História Compostelana* – Emma Falque Rey, ed., *Historia Compostelana* (Madrid: Ed. Akal, 1994) – ou da *Crónica do Imperador Afonso VII* – Maurilio Pérez González, ed. e trad., *Crónica del Emperador Alfonso VII* (León: Universidad de León, 1997) – na leitura dos principais acontecimentos ocorridos na esfera galego-portuguesa dos finais do século XI e inícios do XII.

ções documentais. Os dados arqueológicos de natureza tumular e epigráfica constituem, também eles, uma espécie diferente de memória, reveladora de características simbólicas e materiais desta casta social. As torres, castelos e paços, que pululam no espaço galego-português, permitem resolver alguns dos problemas relativos à definição de fronteiras, organização social do espaço e sua senhoriação. A poesia trovadoresca, para além de muitas vezes transmitir relatos pessoais sobre episódios verídicos,⁴ apresenta um mundo aberto, caracterizado pela circulação de pessoas, hábitos e tendências sócio-culturais. A geografia e a etnografia poderão justificar a opção de criação de núcleos senhoriais em torno de alguns territórios ou a ligação a determinados espaços sagrados.

A recolha das fontes documentais acima mencionadas exige um périplo por alguns dos principais arquivos portugueses e espanhóis. Entre eles devemos realçar o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Histórico Nacional de Espanha (Madrid),⁵ o Arquivo Capitular e Histórico Diocesano de Tui e o Arquivo do Reino da Galiza.⁶

A nossa experiência actual leva-nos a pensar que a falta de documentação até meados do século XI poderá criar lacunas no que respeita à caracterização dos agentes de ocupação do vale do Minho após a presúria de Tui. Na nossa opinião, estes vazios documentais deverão ser colmatados de duas formas: em primeiro lugar, através do recurso a fontes posteriores que aportem dados relevantes para a caracterização destes períodos; e, em segundo lugar, apoiando o nosso esforço em leituras tendencialmente qualitativas e de pendor interpretativo.

Apesar das imensas potencialidades desta temática, não existe qualquer trabalho que apresente um retrato global da sociabilidade e senhoriação nobiliárquica transfronteiriça galaico-minhoto. Porém, podemos recolher informações em vários títulos e artigos sobre nobreza, organização social do espaço, história rural, eclesiástica, política, institucional e universo trovadoresco.

Na área dos estudos sócio-políticos seria fácil referir bastantes obras e artigos, mas, apenas a título de exemplo, chamamos a atenção para a colectânea de biografias régias recentemente editada pelo Círculo de Leitores,⁷ para a obra de Ermelindo Portela Silva dedicada a Garcia II da Galiza, denominada *García II de Galicia. El Rey y el Reino (1065-1090)*⁸, para os paradigmáticos trabalhos de Bernard F. Reilly sobre os reinados de Afonso VI, D.^a Urraca e Afonso VII⁹, e para os de Julio González sobre Afonso IX, Afonso VIII e Fernando III.¹⁰

⁴ Veja-se o caso da trova de D. Garcia Mendes de Eixo (*Alá u Nazq la Torona*).

⁵ Este arquivo conserva uma parte substancial da documentação dos dois maiores mosteiros da diocese (Santa María de Oia e Santa María de Melón).

⁶ Aqui podemos encontrar um importante conjunto de fundos de origem privada, como, por exemplo, a documentação medieval dos marqueses de Valladares.

⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I: O que Re-colheu Boa Memória* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Rita Costa Gomes, *D. Fernando* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Cristina Pimenta, *D. Pedro I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV (1291-1357)* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II: Um Rei Sem Tempo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Maria João Violante Branco, *D. Sancho I: O Filho do Fundador* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II: Tragédia* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); Leontina Ventura, *D. Afonso III*, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

⁸ Ermelindo Portela Silva, *García II de Galicia: El Rey y el Reino (1065-1090)* (Burgos: La Olmeda, 2001).

⁹ Bernard F. Reilly, *The Kingdom of León-Castilla Under Queen Urraca (1109-1126)* (Princeton: Princeton University Press, 1982); id., *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VI (1065-1109)* (Princeton: Princeton University Press, 1988); id., *The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VII (1126-1157)* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1998).

¹⁰ Julio González, *Afonso IX*, 2 vols. (Madrid: C.S.I.C. - Instituto Jerónimo Zurita, 1944); id., *El Reino de Castilla en la Época de Alfonso VIII*, 3 vols. (Madrid: C.S.I.C. - Escuela de Estudios Medievales, 1960); id., *Reinado y Diplomas de Fernando III*, 3 vols. (Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986).

Ao longo da nossa investigação também pudemos recorrer aos dados apresentados em sínteses sobre as características globais e regionais do regime feudal e senhorial praticado no ocidente peninsular, entre elas estão: *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, de Hilda Grassotti¹¹, e, num contexto local, *Galicia Feudal*, de Victoria Armesto¹², ou *Galicia en la Baja Edad Media. Iglesia, Señorío y Nobleza*, de José García Oro.¹³

De entre a rica produção científica sobre a nobreza portuguesa devemos destacar as obras de maior fôlego: de José Mattoso realçamos as suas magnas sínteses, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII e Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*;¹⁴ importa também referir o seu artigo *A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa. A Identidade e a Diferença*;¹⁵ de Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*;¹⁶ *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro;¹⁷ e *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, de Luís Krus.¹⁸

De entre os trabalhos dedicados exclusivamente à nobreza galega devemos mencionar *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales*, de José García Oro,¹⁹ *La Nobleza Altomedieval Gallega. La Familia Froilaz-Traba*, de José Luis López Sangil,²⁰ e o incontornável *Los Señores de Galicia. Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, de Eduardo Pardo de Guevara y Valdés.²¹ Entre as diversas obras sobre a génese, evolução, composição e características da nobreza castelhana-leonesa encontramos: *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)*, de Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León;²² textos icónicos como *De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva. La Transformación Nobiliaria Castellana en la Baja Edad Media*, de Salvador de Moxó;²³ o recentíssimo trabalho de Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei. La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)*;²⁴ ou importantes sínteses como

¹¹ Hilda Grassotti, *Las Instituciones Feudo-Vasalláticas en León y Castilla*, 2 tomos (Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull' Alto Medioevo, 1969).

¹² Victoria Armesto, *Galicia Feudal* (Vigo: Galaxia, 1971).

¹³ José García Oro, *Galicia en la Baja Edad Media: Iglesia, Señorío y Nobleza* (Noia: Ed. Toxosoutos, 1999).

¹⁴ José Mattoso, *Identificação de Um País: Ensaio Sobre as Origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª ed. (Lisboa: Editorial Estampa, 1995); id., *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros: A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 3ª ed. (Lisboa: Guimarães Editora, 1998).

¹⁵ José Mattoso, "A Nobreza Medieval Galaico-Portuguesa: A Identidade e a Diferença", in *Obras Completas, Vol. VIII: Portugal Medieval: Novas Interpretações*, 129-147 (Lisboa: Círculo de Leitores, 2002).

¹⁶ Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols. (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992).

¹⁷ José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols. (Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família - Universidade Moderna, 1999).

¹⁸ Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994).

¹⁹ José García Oro, *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media: Las Casas Nobles y sus Relaciones Estamentales* (Santiago de Compostela: Ed. Bibliófilos Gallegos, 1981).

²⁰ José Luis López Sangil, *La Nobleza Alto Medieval Gallega: La Familia Froilaz-Traba* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2002).

²¹ Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *Los Señores de Galicia: Tenentes y Condes de Lemos en la Edad Media*, 2 vols. (A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2000).

²² Margarita Torres Sevilla-Quiñones de León, *Linajes Nobiliarios de León y Castilla (Siglos IX-XIII)* (Salamanca: Junta de Castilla y León, 1999).

²³ Salvador de Moxó, "De la Nobleza Vieja a la Nobleza Nueva: La Transformación Nobiliaria Castellana en la Baja Edad Media", *Cuadernos de Historia* 3 (1969): 1-210.

²⁴ Inés Calderón Medina, *Cum Magnatibus Regni Mei: La Nobleza y la Monarquía Leonesas Durante los Reinados de Fernando II y Alfonso IX (1157-1230)* (Madrid: C.S.I.C., 2011).

The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile, de Simon Barton.²⁵ A estes títulos poderíamos acrescentar uma miríade de trabalhos dedicados a linhagens ou a grupos aristocráticos específicos (de maior e menor monta) oriundos do espaço galego, português e castelhano-leonês; neste espectro de produção historiográfica situa-se, por exemplo, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)*, de Suso Vila Pérez.²⁶

Dentro dos estudos sobre a literatura trovadoresca salientamos o contributo de António Resende de Oliveira e da sua tese *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*.²⁷ Na área do património, chamamos a atenção para *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy*, de Jaime Garrido Rodríguez.²⁸

Apesar de até agora não se ter realizado um levantamento exaustivo dos escudos de armas presentes na actual província de Pontevedra, alguns dados e considerações foram apresentados sobre este tipo de património simbólico e material de algumas das principais famílias do sul da Galiza.²⁹

Noutro contexto, o artigo *O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII*³⁰ – escrito a várias mãos e coordenado por Iria Gonçalves – apresenta, com base nas *Inquirições*, uma análise sistemática da configuração senhorial e patrimonial do Alto Minho. A forte relação entre as linhagens oriundas de Toroño e Limia e a nobreza e corte portuguesa tornam o recurso à obra *Toronium. Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval*, de Manuel Fernández Rodríguez,³¹ indispensável.

Também de consulta obrigatória são os títulos relativos à organização social, económica e populacional do vale do Minho: *El Bajo Valle del Miño en los Siglos XII y XIII. Economía Agraria y Estructura Social*, de María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, e *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV. Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis*, de Ermelindo Portela Silva.³² O mesmo se pode dizer sobre alguns trabalhos de história local e regional como *Tui e Valença nos Séculos XI a XV. Os Acontecimentos Históricos, Sociais, Artísticos e Económicos*, de Suso Vila-Botanes,³³ *Tuy en la Baja Edad Media. Siglos XII-XV*, de Pascual Galindo Romeo,³⁴ e *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media*, de Suso Vila Pérez.³⁵ De entre toda bibliografia relativa à diocese de Tui e às suas estruturas escolhemos dois artigos presentes na *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tuy-Vigo: La Diócesis de Tuy hasta 1100*, de Manuel Cecilio Díaz y Díaz e Daría Vilariño Pintos, e *La Diócesis de Tuy en la Baja Edad Media (1070-1500)*.

²⁵ Simon Barton, *The Aristocracy in Twelfth-Century León and Castile* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

²⁶ Suso Vila Pérez, *A Casa de Soutomaior (1147-1532)* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2010).

²⁷ António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco: A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV* (Lisboa: Edições Colibri, 1994).

²⁸ Jaime Garrido Rodríguez, *Fortalezas de la Antigua Provincia de Tuy* (Pontevedra: Diputación Provincial, 1987).

²⁹ Veja-se, por exemplo, Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, "Las Armas de los Limia y sus Derivaciones (Siglos XIII-XV)", *e-Spania* 11 (2011), <http://e-spania.revues.org/20540>.

³⁰ Iria Gonçalves et al., "O Entre Cávado e Minho, Cenário de Expansão Senhorial no Século XIII", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* IV Série, nº 2 (1978): 399-439.

³¹ Manuel Fernández Rodríguez, *Toronium: Aproximación a la Historia de una Tierra Medieval* (Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2004).

³² María del Carmen Pallares Méndez e Ermelindo Portela Silva, *El Bajo Valle del Miño en los Siglos XII y XIII: Economía Agraria y Estructura Social* (Santiago de Compostela: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 1971); Ermelindo Portela Silva, *La Región del Obispado de Tuy en los Siglos XII a XV: Una Sociedad en la Expansión y en la Crisis* (Santiago de Compostela: Imp. El Eco Franciscano, 1976).

³³ Suso Vila-Botanes, *Tui e Valença nos Séculos XI a XV: Os Acontecimentos Históricos, Sociais, Artísticos e Económicos* (Tui: Asociación Amigos da Catedral de Tui, 2001).

³⁴ Pascual Galindo Romeo, *Tuy en la Baja Edad Media: Siglos XII-XV*, suplemento ao Tomo XXII de *España Sagrada* (Madrid: Instituto Enrique Flórez - C.S.I.C., 1923).

³⁵ Suso Vila Pérez, *A Cidade de Tui durante a Baixa Idade Media* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2009).

La Frontera y la Guerra, de José García Oro.³⁶

Em Portugal, Luís Carlos Amaral, através da sua tese *Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)*,³⁷ produziu uma análise profunda do processo de reorganização social, populacional e eclesial do Entre Douro e Minho durante a Alta Idade Média.

Nos últimos anos, José Marques tem vindo a dar valiosos contributos para a compreensão da morfologia sócio-eclesial da fronteira minhota através dos artigos *A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média, O Entre Minho e Lima: da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta, O Censual do Cabido de Tui para o Arceidiagado da Terra da Vinha (1321) e O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos XIV-XV*.³⁸ Ainda dentro da mesma linha de investigação, devemos acrescentar o artigo *A Comarca Eclesial de Valença do Minho. Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo*, de Avelino de Jesus da Costa,³⁹ a obra de Teresa de Jesus Rodrigues *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514. Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesial de Valença do Minho*⁴⁰ ou, numa vertente mais abrangente, os artigos *Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tui en la Edad Media* e *Relaciones entre Portugal y Galicia Siglo XIV-XV*, de Paz Romero Portilla.⁴¹

Como podemos constatar, poucos títulos se dedicaram exclusivamente ao estudo da natureza ambígua e transfronteiriça da diocese de Tui. Em 2008, Ernesto Iglesias Almeida editou uma interessante obra sobre a sua influência eclesial e senhorial em Portugal denominada *O Antigo Bispado de Tui en Portugal*.⁴² A nossa dissertação pretende justamente colmatar esta ausência de estudos bilaterais sobre a nobreza, senhorialismo e relações feudo-vassálicas na esfera galego-portuguesa, de forma a avaliar a evolução da sua matriz identitária comum.

Para rematar, podemos afirmar que o trabalho por nós desenvolvido até agora conduzirá à produção de materiais, textos e artigos de carácter científico. No que concerne aos materiais, tentaremos produzir, com a orientação e colaboração de Miguel Nogueira (FLUP), cartografia transfronteiriça da diocese de Tui em três fases distintas: 915-1071 (origens), séculos XII-XIII (apoiada em mapas já publicados em estudos portugueses e espanhóis e em alguma documentação) e séculos XIII-XIV (caso as diferenças em relação à fase anterior sejam significativas). Ela representará a rede paroquial e a situação geográfica dos principais mosteiros, bem como a implantação territorial da

³⁶ Manuel Cecilio Díaz y Díaz e Daría Vilariño Pintos, "La Diócesis de Tui hasta 1100", in *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tui-Vigo*, coord. José García Oro, 537-548 (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002); José García Oro, "La Diócesis de Tui en la Baja Edad Media (1070-1500): La Frontera y la Guerra", in *Historia de las Diócesis Españolas. Vol. XIV: Iglesias de Santiago de Compostela y Tui-Vigo*, coord. José García Oro, 549-570 (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2002).

³⁷ Luís Carlos Amaral, "Formação e Desenvolvimento do Domínio da Diocese de Braga no Período da Reconquista (Século IX-1137)" (Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2007).

³⁸ José Marques, "O Censual do Cabido de Tui para o Arceidiagado da Terra da Vinha (1321)", *Bracara Augusta* XXXIV, fasc. 78 (1980): 447-483; id., "O Mosteiro de Oia e a Granja da Silva no Contexto das Relações Luso-Castelhanas dos Séculos XIV-XV", *Revista de História* VI (1985): 97-120; id., "A Fronteira do Minho, Espaço de Convivência Galaico-Minhota, na Idade Média", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, II: 697-712 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004); id., "O Entre Minho e Lima: da Diocese de Tui à Diocese de Ceuta", *Estudos Regionais* II, nº 1 (2007): 11-29.

³⁹ Avelino de Jesus da Costa, "A Comarca Eclesial de Valença do Minho: Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo", in *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto: 72-240* (Ponte de Lima: Associação Cultural Galaico-Minhota, 1983).

⁴⁰ Teresa de Jesus Rodrigues, *O Entre Minho e Lima de 1381 a 1514: Antecedentes e Evolução da Comarca Eclesial de Valença do Minho* (Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais, 2002).

⁴¹ Paz Romero Portilla, "Un Observatorio Privilegiado de las Relaciones entre Castilla y Portugal: Tui en la Edad Media", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, IV: 247-259 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006); id., "Relaciones entre Portugal y Galicia Siglo XIV-XV", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História* III Série, vol. 9 (2008): 217-269.

⁴² Ernesto Iglesias Almeida, *O Antigo Bispado de Tui en Portugal* (Noia: Ed. Toxosoutos, 2008).

nobreza. Dentro deste último parâmetro procederemos da seguinte forma: procuraremos criar mapas sobre as áreas de influência das diferentes linhagens, sobre o património nobiliárquico na região e, especificamente, sobre os direitos e bens das famílias predominantes.

Nos próximos tempos também nos debruçaremos sobre a relação existente entre a construção da soberania portuguesa e os projectos de anexação do sul da Galiza até 1169, pois, como já tivemos a oportunidade de referir, acreditamos que estes e as relações privilegiadas mantidas pelos monarcas e nobreza portuguesa com os poderes de Toronho e Limia espelham um movimento favorável à reconstrução de um reino galego unitário e independente. Este texto desembocará num outro que procurará estabelecer um fio condutor entre a actividade política de Garcia II e o caminho de D. Afonso Henriques nos seus primeiros anos governação.

Numa cronologia distinta, muito mais próxima do traçado cronológico final da nossa tese, procuraremos escrever algumas linhas sobre a influência da aristocracia “*Petrista*” galega e castelhano-leonesa na estratégia político-militar portuguesa seguida até 1383-1385.⁴³

Paralelamente, encontramos-nos a preparar um pequeno texto sobre o papel do senhorio e jurisdição eclesiástica transfronteiriça das dioceses de Braga e Tui no processo de transformação de Portugal de um espaço regional numa estrutura nacional, respeitando permanentemente as ambiguidades e singularidades próprias destes dois casos.

Por fim, e completando este rol de pequenos projectos pessoais, apresentaremos alguns resultados parciais da nossa investigação na forma de pequenos artigos sobre algumas das principais linhagens da região, privilegiando primeiramente aquelas que possuem um percurso mais obscuro ou difícil de traçar. Por isso, decidimos tomar como ponto de partida a família de D. Paio Curvo de Toronho (Montor-Toronho), seguindo depois com os Silva e com os menos problemáticos Valadares, Velho e Cerveira. Em conjunto com Inés Calderón Medina, também nos encontramos a investigar a linhagem dos senhores de Cabreira e Ribeira, com o fito de identificar de uma forma inequívoca as origens do Conde Osório de Cabreira e Ribeira, pai de D. Monio Osóres de Cabreira e Ribeira.

Portanto, podemos afirmar que, quer pelos seus objectivos, quer pela sua natureza metodológica, a nossa investigação visa gerar uma dissertação única e inovadora no contexto da história social na Península Ibérica, rompendo definitivamente as frágeis e artificiais fronteiras da nacionalidade e naturalidade.

⁴³ Aparentemente, podemos tomar D. Soeiro Anes de Parada (fidalgo de origem galega que marcou presença na corte portuguesa em meados do XIV) como um exemplo bastante ilustrativo da frágil situação dos partidários de Pedro I de Castela. Numa carta de doação e privilégio, datada de 4 de Setembro de 1371 e outorgada nas históricas Cortes de Toro, Henrique II concede à Igreja de Tui os bens galegos de D. Soeiro, premiando os seus serviços e ressarcindo-a dos prejuízos que este e outros homens, “*que por malo serviço de Suer Yanes de Parada y de otras compañías que andaban en nuestro deservicio teniendo voz del rey de Portugal*”, tinham causado (A.C.H.D.T., Carp. 2, Perg. 17). Este documento demonstra claramente que, em vez de levar a cabo uma estratégia de conciliação com os seus opositores galegos, Henrique II preferiu penalizá-los e que estes, para além de se exilarem em Portugal, tomaram parte nas suas acções contra o novo poder castelhano.